

Desvendando limites: problemas da pesquisa em territórios de conflagração armada e intervenção policial¹

Ítalo Barbosa Lima Siqueira (LEV/PPGS/CAPES), Fernanda Naiara da Frota Lobato (LEV/PPGS/CNPq), Suiany Silva de Moraes (LEV/PPGS/CAPES)

Resumo

O exercício de pesquisa nas Ciências Sociais acompanha as transformações políticas que contextualizam a vida social. As pesquisas na área da violência tinham como característica as limitações que o campo apresentava para os pesquisadores e pesquisadoras que migravam dentro da cidade para condições diferentes das de origem. No entanto, com as políticas públicas de inclusão dos grupos sociais subalternizados nas universidades, essa tradição de pesquisa vem se modificando. O “distanciamento” que antes era uma premissa máxima de pesquisa, apresentando um pesquisador efêmero e pontual, discutido na Antropologia como “anthropological blues”, hoje aparece como um desafio, uma vez que os atravessamentos do campo e das relações estabelecidas nele estão cada vez mais presentes em nossas vidas. Em Fortaleza, a conflagração e crescente conflito entre grupos armados delinea as experiências de pesquisa na cidade, assim como a presença policial ostensiva e fortemente militarizada.

Introdução

O trabalho de campo nas cidades nordestinas encontra novas formas de sociabilidade e conflitualidades que tensionam os limites da pesquisa em Antropologia Social e Sociologia. Como situa César Barreira (2008), os estudos sociológicos sobre a situação das prisões, segurança pública, violência e a exclusão social, desde o final da década de 1970 vinculam cientistas sociais com as mobilizações feitas por movimentos sociais e entidades que fazem a prevenção e o combate às violações de direitos humanos, monitorando a situação das prisões, dos direitos de crianças e adolescentes. Nos últimos anos prosperam redes de pesquisadores das ciências sociais que elegem como campo as periferias dos centros urbanos e instituições prisionais, combinando fontes primárias e secundárias sobre as transformações das dinâmicas criminais na região. Esse contexto nos desafia a refletir sobre dois pontos importantes: o que é fazer pesquisa em condições de vulnerabilidade mútua entre pesquisadores e interlocutores/parceiros em relações de campo em que ocorre o borramento na ênfase do distanciamento objetivo pretendido pelas ciências sociais? Quais os limites e problemas do

¹ 44º Encontro Anual da ANPOCS, 2020, ano da pandemia. GT 24 - Mercados ilícitos e dinâmicas criminais. Coordenadoras(es): Luiz Fábio Paiva (UFC), Camila Dias (UFABC).

fazer pesquisa em territórios de conflagração armada e intervenção policial, visto que trabalhamos com reduzido amparo institucional, jurídico e de segurança?

O presente esforço reflexivo foi elaborado a partir do compartilhamento de três experiências de pesquisas em andamento: sobre as dinâmicas criminais; as violências e seus afetos; e, as transformações da administração penitenciária no sistema prisional do Ceará. Partimos do acúmulo sobre o tipo de pesquisador que aparece em campo de modo efêmero, nos localizando no contexto urbano nossas pesquisas indicam uma complexificação muito maior nessa interação entre pesquisador e pesquisado. Nossa presença é percebida e apreendida para além da figura do pesquisador ou escritor apenas, pois, ao assumirmos diferentes papéis de imersão no objeto, invariavelmente, nossa vida pessoal estará conectada ao nosso campo de pesquisa, nos levando a vivenciar contextos para além daqueles objetivados pelos estudos. Vivenciamos conflitos e dinâmicas de um cotidiano atravessado pelo “crime”, medo e pela militarização do aparato estatal nas periferias e prisões, transformadas em territórios de exceção pela “guerra contra o crime organizado”. Muito mais do que um “anthropological blues”, da tradução para o texto escrito de forma melancólica, compartilharmos eventos críticos e, por vezes, traumáticos, que exigem reflexões para absorver as sensações no corpo do pesquisador.

Estamos desafiados a pensar os limites da ideia de pesquisa em ambientes hostis ou perigosos. Para tanto, levantamos esses questionamentos de modo embrionário para refletir sobre como está sendo a pesquisa situada em territórios conflagrados e como afetam o campo e quem faz a pesquisa. Apesar das experiências vivenciadas na pesquisa serem constituídas pelos momentos do estar em campo, somos afetados antes, durante e depois pelo objeto do campo. Assim, buscamos refletir sobre como é estabelecer relações com pessoas que estão criminalizadas e, por vezes, marcadas para morrer dentro ou fora das prisões? Quais os novos problemas trazidos pela militarização das prisões e das ruas? Qual o limite da observação participante? Essas questões, acabam por impor novas e diferenciadas relações de pesquisa marcadas por contextos de intensa privação, como no caso de campo em prisões com internos algemados e situações limites, como conflitos armados e execuções.

A ascensão das maneiras de fazer o crime “faccionalizado” (PAIVA, 2019) e os desafios do campo em territórios de exceção, com a intensificação da violência armada e os efeitos dos conflitos entre “facções”, gangues e forças de policiais dentro e fora dos grandes centros urbanos, são sentidos e nos afetam no cotidiano do fazer pesquisa. Mais recentemente, com o contexto de reforma administrativa, intervenção governamental, militarização do

sistema penitenciário cearense e as guerras de facções, os riscos e os cuidados das pesquisas nos bairros e prisões são ainda mais elevados. Para acessar um campo marcado pelo conflito deflagrado entre os grupos armados e o estado, é preciso elaborar estratégias e subterfúgios cada vez mais complexos. Buscaremos, dessa forma, comunicar como as dinâmicas criminais afetam o trabalho de campo e exigem criatividade para realização de pesquisas sobre mercados ilegais, facções, sistema de justiça e prisões.

O caso do Ceará na era da violência armada na América Latina

A América Latina é considerada a região mais violenta do mundo, segundo o relatório Human Rights Watch (2019), divulgado pelas Nações Unidas. Do total de homicídios em todo o planeta, a região concentra 37%. A partir da década de 1980 a diversificação e produção em larga escala de drogas ilícitas, como a cocaína e maconha, difundiu um mercado em que “los niveles de ganancia son muy elevados y su capacidad para reinventarse y moverse entre el mundo ilegal y legal es muy amplia” (BRICEÑO-LEÓN, 2019, p. 25). Nesse contexto, a falida “guerra às drogas”, o narcotráfico, o crime organizado e as gangues são muito mais letais, processo este facilitado pelo acesso fácil às armas de fogo, a baixa taxa de condenação, o alto índice de impunidade e as altas taxas de desemprego e desigualdade.

Em tempos de paz entre Estados nacionais, encontrar a morte literalmente na esquina de casa, tornou-se algo comum na América Latina, ainda que os governos tenham aumentado significativamente a expectativa de vida da população nos países latinos americanos. Curiosamente, apesar da melhora geral das condições de vida nos últimos 50 anos, tanto no campo da saúde pública como na acelerada urbanização nos centros urbanos, o aumento dramático da violência interpessoal desafia as teses que vinculam a violência à condições precárias de vida (BRICEÑO-LEÓN, 2007), apresentando uma violência difusa e os crimes de pistolagem com maior frequência no meio urbano (BARREIRA, 2016), bem como o aumento das possibilidades de ganhos e lucros.

Nesse contexto, como descrito por Roberto Briceño-León, Brasil, México e Venezuela apresentam considerável incremento na violência e nos homicídios, muito associados ao delito comum, tráfico de drogas e crimes passionais. Em relação aos homicídios, como destaca o Observatório de Igualdade de Gênero na América Latina e Caribe, houve o aumento considerável de feminicídios. Em 2018, ao menos 3.529 mulheres foram vítimas de violência letal intencional, o que torna a região a que mais sistemicamente mata mulheres, com

destaque para El Salvador e Honduras, onde se encontram as maiores taxas de feminicídio por 100.000 mulheres, 6.8 e 5.1, respectivamente. O Brasil ocupa a 14ª posição em relação a essa taxa, com 1.206 assassinatos, que representam 34,17% do total de feminicídios na América Latina e Caribe.

O aumento da violência policial é outro fenômeno que vem se destacando nessa região e especialmente no Brasil. Casos como o do Mizael, menino de 13 anos executado enquanto dormia, da menina Ágata, que morreu aos 8 anos, vítima de um tiro nas costas, ou do jovem Juan, que, aos 14 anos, foi atingido por um tiro na cabeça, têm em comum a tipificação como “auto de resistência”, isto é, homicídios praticados pela polícia sob o argumento de legítima defesa. No Brasil, 11 em cada 100 mortes violentas intencionais, no ano de 2018, foram por intervenção policial, o que chama atenção contudo, é que em boa parte dos casos, os “suspeitos” não portavam arma, ou já se encontravam rendidos, além disso, há sempre uma narrativa padrão que, sobre o pretexto da “guerra às facções”, faz parecer que tudo é possível. O fato é que esses casos, além de destacar uma certa desvalorização pela vida de pessoas vulneráveis, mostra o racismo estrutural que demarca quem deve morrer e quem deve viver na lógica da segurança pública.

Todos esses fatores, em conjunto com as mortes violentas, o confronto do e com o tráfico e o alto índice de encarceramento, colocam o Brasil na posição 123 no Índice Global da Paz, lançado em 2020 pelo Instituto para a Economia e Paz (IEP). Com essa posição no ranking, que mede questões relacionadas ao crime organizado, tráfico, polarização política e o custo da violência na economia, o país passa a integrar o grupo chamado “estado baixo”, muito próximo dos mais violentos do mundo. O custo econômico dessa violência já supera os 297 milhões de dólares, 9% do PIB bruto do país. Já os custos sociais são incalculáveis, pois, o que se evidencia em todos esses dados, é um histórico de fragilidade do estado e violações de direitos.

Nos últimos anos, o Brasil sempre figura como um dos mais violentos na América Latina e no mundo, marcando sobremaneira várias gerações que passam a viver sob o signo do medo, em que, como discutido por Reis (2005), a população vulnerabilizada carrega o equívoco histórico de terem suas famílias criminalizadas. Apesar do aumento significativo do aparato tecnológico, dos valores astronômicos investidos na segurança pública e da militarização da vida, os relatórios e pesquisas apontam para a continuidade do crescimento da violência e dos conflitos interpessoais, pelo menos a curto e médio prazo. Esse contexto amplifica as desigualdades raciais e de gênero, demarcando uma violência letal com cor, classe social e

idade: 74,4% são negros, 78% cursou até o ensino fundamental e 51,6% são jovens de até 29 anos². Reis (2005) também já argumentava sobre a construção dos jovens-homens-negros como principais vítimas da letalidade urbana, uma vez que estes ficam mais expostos à ação da polícia e dos grupos armados.

Temos observado ainda a ascensão armada e violenta de grupos criminosos que estabeleceram conexões mais ou menos estáveis entre bairros e prisões, desafiando de modo decisivo a própria capacidade do Estado nacional em interromper as redes criminais, tornando possível a proliferação de fenômenos que antes eram considerados locais, estaduais. É o caso das “facções do crime”, nomeadas pelas forças de segurança como o “crime organizado”, sendo as mais conhecidas fundadas na região Sudeste: No Rio de Janeiro, o Comando Vermelho (CV) e, em São Paulo, o Primeiro Comando da Capital (PCC). Grupos que foram criados dentro das prisões e que estabelecem mercados de proteção, recrutam e firmam relações de apoio mútuo entre seus membros, para manter a prática continuada de crimes e negócios ilícitos. A expansão desses grupos foi sentida pelo aumento de crimes em todas as regiões do Brasil e na criação de “comandos” e “facções” locais em diversas unidades federativas (DIAS, 2017).

A característica de forçar o monopólio do mercado de drogas, bem como uma maior capacidade de repressão das forças de segurança, possibilitou o encontro de grandes lideranças do crime nas prisões, o que certamente aumentou a importância das lutas por hegemonia nos cárceres. As disputas pelo controle dos dois principais mercados atacadistas localizados no “Arco Norte” (tríplice fronteira entre Brasil, Colômbia e Peru) e na “rota caipira”, no Mato Grosso do Sul (fronteira com Paraguai), elevou as tensões entre grupos criminosos que tinham boas relações por pelo menos 20 anos, levando ao rompimento definitivo e mortal, do CV e do PCC, em 2016.

A eclosão dessa disputa fez do ano de 2017 o de maior nível histórico da letalidade violenta no Brasil. Foram 65.602 homicídios, que equivalem a 31,6 mortes para cada 100 mil habitantes, com forte destaque para a região nordeste, que vivia naquele momento o processo de expansão geoeconômica pelo domínio e controle de velhos e novos mercados de drogas. O Estado do Ceará se tornou fundamental no mapa do tráfico de drogas do país, com a presença de lideranças importantes que elegeram suas belas praias como lugares de moradia e negócio. Fatores como a localização geográfica, as altas taxas de pobreza e desigualdade e a facilidade

² Dados retirados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública, 2020. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2020/10/anuario-14-2020-v1-interativo.pdf>.

logística operacional encontrada, reverberam em altas taxas de homicídios, feminicídios e crimes com requintes, cada vez maiores, de crueldade.

Por outro lado, a disputa entre grupos armados nas cidades da América Latina deve ser compreendida muito além do “simple negocio o la defensa de un mercado” (BRICEÑO-LEÓN, CAMARDIEL, PERDOMO, 2019, p. 27), observadas como mecanismos de autodefesa de territórios, de identidades. Briceño-León destaca que o delito organizado envolve não apenas a prática de crimes contra as vítimas em potencial, porém, também, o mercado de proteção para que os crimes que são habitualmente praticados, não vitimizem as pessoas que supostamente são protegidas pelo crime nos territórios.

Os massacres prisionais que ocorreram no Amazonas, Roraima, Rio Grande do Norte e, mais recentemente, no Pará, ocorreram pela proximidade na mesma unidade prisional, de grupos inimigos que estavam disputando pela violência armada, o controle de bairros e prisões locais, tendo a crueldade e o terror como maneira de exterminar pessoas consideradas indignas de viver. Disso resulta a luta pelo controle da gestão das rotinas prisionais, como é o caso marcante da oposição de internos aos bloqueadores de celulares e as reivindicações para separação das facções em unidades prisionais diferentes, isto é, sem possibilidade de contato. Em 2016, após intervenção federal em mais uma grave crise de segurança no sistema prisional cearense, a separação e transferência de presos de acordo com as facções teria sido motivada como forma de evitar homicídios dentro das unidades prisionais. A escalada de conflitos acontece ao mesmo tempo em que atentados são registrados em diferentes cidades cearenses, o que resulta no emprego da Força Nacional de Segurança Pública. Esses atentados ocorreram com certa frequência para impedir o endurecimento das rotinas prisionais por parte do Estado, tendo como ápice a união das facções nos ataques de janeiro de 2019.

No estado do Ceará, apesar da diminuição dos homicídios em 2019, bem como o seu aumento em 2020, ano da pandemia da Covid-19 (Sars-Cov-2), a inimizade com o Estado é elemento tão importante quanto as disputas territoriais armadas nas periferias das cidades cearenses. Ainda precisamos discutir mais profundamente como isso lança as evidências sobre os efeitos políticos e sociais da legitimação do Estado penal adaptado à ira pacificadora no Brasil, normalizando relações autoritárias-repressivas alimentadas pela lógica do inimigo social. Avançando no argumento, Serra e Souza (2017) lançam hipóteses importantes sobre a sacralização da punição e os usos das estratégias de poder-saber que operam nas lógicas do inimigo e da guerra, confirmando as evidências sobre a constância da militarização em diversas

esferas sociais e espacialidades. No caso do Ceará, além da criação da Secretaria de Administração Penitenciária do Estado do Ceará (SAP)³, como uma resposta militar ao avanço da política das facções, ocorreu o abandono gradual das políticas de segurança pública focadas no policiamento de proximidade para o reforço da política ostensiva e letal do Ronda de Ações Intensivas e Ostensivas (RAIO), como analisado no bairro Lagamar, Fortaleza, por Marcus Moreira (2016). Gestão da administração penitenciária e políticas de segurança pública passaram a convergir com a retomada do paradigma bélico e militarizado baseado na suspeita, contenção e eliminação do inimigo suspeito, reduzindo a entrada das políticas de direitos humanos até então vigentes.

Viver e fazer pesquisa em Fortaleza

Considerando que estudos de comunidade e organização são seminiais nas ciências sociais, tomamos como ponto de partida as linhas mestras e criativas de Max Weber sobre a objetividade do conhecimento nas ciências sociais, a reflexão sociológica deste trabalho assume interesse na compreensão das ações sociais de interlocutores, parceiros e aliados do universo social objeto da reflexão. Buscamos as possíveis conexões de sentidos empregados nessas ações contextualizadas pelas dinâmicas criminais e instituições carcerárias para colocar em evidência as vivências e considerações subjetivas, relacionadas com valores. A neutralidade científica e a elaboração da objetividade parte do compromisso com valores e critérios, fundamento importante para a objetividade do conhecimento em ciências sociais. Desse modo, a sociologia reconhece a agência dos indivíduos enquanto pessoas que elaboram crenças e olhares próprios sobre a realidade, incluindo divergentes e antagônicos em relação aos códigos morais do pesquisador ou de suas instituições de financiamento. O sociólogo alemão nos ensina que a realidade social é múltipla e inesgotável.

Sobre a pesquisa de campo, Beaud e Florence Weber (2014) ensinam que a pesquisa de campo não se resume apenas ao ato de visitar ou demorar em um campo etnográfico. A palavra inglesa *fieldwork* pode comunicar com maior precisão a noção da pesquisa de campo que não se resume apenas ao ato de ir à determinado lugar, pois deve-se ficar e ali trabalhar. No caso para pesquisas realizadas em territórios de conflagração armada e intervenção policial, estamos diante de pesquisas que ultrapassam temas não oficiais pois lidam com questões ilegais, incluindo ações de estado que não podem ser enquadradas em qualquer

³ Criada por meio de reforma administrativa implementada pela Lei Nº 16.710, de 21 de dezembro de 2018, marcando a gestão de intervenção e militarização.

estatuto jurídico vigente. Se a experiência das dinâmicas criminais passaram a ter uma maior generalidade nos centros urbanos, possivelmente a escolha do objeto tenha contido uma proximidade na aparência de facilidade para realizar pesquisa de campo, morando ou não no local do campo, pois se compartilhar a língua, conta-se com redes de mediadores e interlocutores. Isso pode ser uma armadilha para um olhar que romantiza ou perde a noção de crítica e dúvida da realidade social, mesmo que se considere a recusa a julgar ou apresentar um ponto de vista superior. As elaborações e tentações sobre o exótico e os modismos. Colocar em suspeição as próprias percepções visa demonstrar os diversos pontos de vistas e trazer densidade na explicação sociológica, isto é, na descrição e análise dos resultados obtidos em campos de difícil acesso podemos considerar a necessidade de reflexividade ou auto análise como ponto central.

Assim, tencionamos pensar o processo efetivo de realização de pesquisas (WHYTE, 2005) nos territórios de conflagração armada e intervenção policial. Para efeitos de problematização, nesta comunicação entrelaçamos reflexões de três pesquisas em andamento na Região Metropolitana de Fortaleza (RMF), concentradas em compreender as transformações nas dinâmicas do crime e das violências no estado do Ceará. Os trabalhos estão vinculados ao Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará, no âmbito do Laboratório de Estudos da Violência (LEV), tendo como objetos a faccionalização do crime e das disputas em torno dos mercados ilegais (MORAES, 2018), realizada por Suiany Moraes, as mudanças na gestão da administração penitenciária e suas consequências, por Italo Lima, e, mais recentemente, a pesquisa de Fernanda Naiara sobre a experiência social de mulheres em relacionamentos de conjugalidade com homens praticantes de crimes. Além disso, tomamos como exemplo o projeto de extensão Traficando Saberes, desenvolvido pelo Laboratório de Estudos da Violência desde 2015, em que são realizados encontros em formato de oficinas de direitos humanos com adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto na cidade de Fortaleza.

Esse esforço acadêmico é parte e expressão de reflexões impulsionadas por grupos de pesquisa como o LEV, o Laboratório de Estudos da Conflitualidade e da Violência (COVIO) e o Laboratório de Direitos Humanos, Cidadania e Ética (LABVIDA) - os dois últimos da Universidade Estadual do Ceará (UECE)⁴ - que desde a década de 1990 demonstram que a

⁴ Como menciona César Barreira (2010), a ideia de Laboratório de pesquisa pretendeu estimular o fazer pesquisa coletivamente como experimentação permanente baseada numa imersão total fundada nas trocas de dados e informações entre a comunidade de pesquisadores, utilizando diferentes métodos e técnicas para a realização da

violência letal atinge a maioria de pardos ou pretos, homens, jovens, solteiros, de baixa escolaridade nos chamados territórios estigmatizados da RMF, espaços sociais nas margens urbanas marcados pelas desigualdades e a representação social da criminalização da pobreza. Essa produção visa desvelar as representações sociais sobre os crimes violentos, especificamente os homicídios, os territórios onde ocorrem e quem são as vítimas, buscando compreender os sentidos que elaboram os sistemas classificatórios e as moralidades sobre as cidades cearenses e seus habitantes.

Consoante com a emergência da violência difusa e as novas facetas da crueldade e da pistolagem nas cidades cearenses (BARREIRA, 2016), observamos a transformação do repertório que culmina no problema social do aumento da violência armada e do avanço da política dos grupos faccionalizados. Diante desse contexto, políticas de segurança pública e punição, relação das polícias com as comunidades e bairros, adoecimento policial, a formação do policial, violências, medo e insegurança, sistemas prisional e socioeducativo, bandidos e pistoleiros, dentre outros, são as temáticas frequentes em trabalhos de dissertações e teses.

No caso específico de nossas pesquisas, desde 2016, temos tido contato com sujeitos e pesquisadores que são afetados e afetadas diretamente pelo contexto da conflagração violenta e letal entre grupos armados que atuam na RMF, identificando problemas como o aumento dos homicídios na infância e juventude, a elaboração do luto por mães que são vitimizadas pela letalidade policial, a frequência de grandes chacinas, o aumento do encarceramento, a pacificação do crime, o aumento de feminicídios, despejos forçados e os atentados contra o estado. Nossa problematização parte do fato de que esses fenômenos ganham centralidade nas problemáticas frequentes no cotidiano das populações da RMF como um todo, isto é, também presentes nas rotinas do campo de pesquisa. Portanto, o aumento na velocidade, letalidade e crueldade para impor terror ou estabelecer impedimentos de circulação de corpos, mercadorias e ideias, atravessa de maneira ampla a experiência coletiva do morar e do fazer pesquisa no Ceará. Ao privilegiar o estudo *in loco* nos territórios e circuitos dos implicados nas dinâmicas da segurança pública e violência, presenciamos confrontos armados, ouvimos as narrativas e experienciamos emoções mútuas.

análise sobre as políticas de segurança pública, violação dos direitos humanos e respeito à cidadania. Dessa maneira, o conflito social também é entendido como parte constituinte da vida social e a violência, por sua vez, enquanto uma construção social e cultural.

Apreendemos em campo que as tensões nas margens conceituais do estado estimulam experiências de contato, escuta ativa e aliança com agentes sociais emergentes nas formas de pluralidade cultural, política e econômica (DAS; POOLE, 2008). Diante dos dilemas e dificuldades buscamos por “improvisações criativas” (BARREIRA, 2008), desvendando os limites contingenciais e imprevistos dos caminhos alternativos da pesquisa (DIAS, 2013) para entrar nos processos sociais que culminam nas relações entre bairros e prisões de nossas cidades. Assim, o fazer pesquisa aproveita múltiplas técnicas e experiências de inserção no campo social combinadas com as estratégias e artimanhas criadas no cotidiano, no dia-a-dia do “fazer pesquisa”, isto é, em situações onde é preciso ter “jogo de cintura” para elaborar caminhos e criar estratégias.

Limites e possibilidades do trabalho de campo

Há uma vasta literatura que aborda esse fazer pesquisa mais artesanal, desde Foote Whyte (2005), que nos ensina como se fazer pesquisador e como construir os acessos a um determinado campo, a partir de tentativas de aproximação, construção de confiança, criação de estratégia e adotando uma diversidade de papéis no processo da observação participante. Passando por Wright Mills (1982) e o artesanato intelectual da pesquisa, texto já clássico sobre esse fazer, muitas vezes, rudimentar, que destaca a importância dos arquivos pessoais e de pesquisa, da tomada de notas e da sua posterior organização, para a construção de categorias analíticas. Até chegar a César Barreira (1998) e a arte da construção de empatia em campo como elemento fundamental na criação dos acessos, mas, que também, impõe limites a retórica da neutralidade e distanciamento. Mesmo a empatia não eliminando as distâncias entre pesquisador e pesquisado, essa compreensão do outro como um ser único, dotado de subjetividades e complexidades para além das rotuladas no “mundo do crime”, é fundante de uma perspectiva que compreende o indivíduo em sua hermenêutica, sem ser uma coisa ou outra, mas sendo a junção de uma coisa e outra. Dessa maneira, o campo de pesquisa marcado por fortes questões morais é desafiado pelas valorações das pessoas diretamente implicadas como é o caso da pesquisa sobre o sistema de pistolagem.

É importante ressaltar, contudo, que esses e tantos outros textos sobre o fazer pesquisa não se configuram como manuais que devem ser seguidos à risca, pois, cada realidade social é única e composta por uma série de elementos complexos e desiguais. Por isso, é preciso adaptar-se, buscar caminhos e construir acessos. Encontrar a lógica do social durante a pesquisa vai se fazendo à medida que se interage e se aproxima do universo social que se pretende

pesquisar. Suiany Moraes (2018), por exemplo, narra que passou a frequentar os bares do bairro Benfica, na região do território de sua pesquisa em Fortaleza, quase que sem propósito, afinal ela já havia feito dois anos de trabalho de campo na região e nada havia encontrado sobre a faccionalização crime. Em um dia, contudo, em um momento não planejado, ela acabou conhecendo os que se tornaram os interlocutores chaves e os principais nomes da construção de acessos no campo posterior. É essa não previsibilidade que faz da pesquisa social qualitativa tão rica em rendimentos analíticos, que mesmo não sendo generalizantes, lançam luz a realidades e contextos que evidenciam as posições dos sujeitos na realidade social.

Ao longo dos anos, a observação participante ganhou grande destaque como a forma de fazer pesquisa em que se há uma partilha entre pesquisador e pesquisado, esta técnica, contudo, demanda um processo de investigação desenvolvido a longo prazo, uma vez que é necessário construir confiança e acessos, que, por vezes, pode levar bastante tempo. Esse método é ainda mais delicado em contextos críticos e de intensa privação, onde é preciso elaborar estratégias e furtividades que não despertem a desconfiança do pesquisado e do seu grupo social de identificação imediata. Em um campo nutrido pela retórica da guerra, como na RMF, a cor da roupa, do cabelo, das unhas ou acessórios, configura-se como aceitação ou rejeição a esse ou aquele lado. Falar números que podem ser o “dois” ou o “três” depende de onde se está, pois na área do “dois” o numeral três vira dois mais um (2+1). Dessa forma, o fazer pesquisa acaba afetado pelas tensões de maneira irrestrita, fazendo com que o pesquisador tenha dimensão do compromisso com o princípio de que não está no campo para fazer julgamentos ou revelar os erros de determinados grupos, no sentido de garantir sua proteção e do interlocutor, que gentilmente, lhe permitiu o acesso à sua vida.

Ao adotar essa técnica, contudo, é preciso considerar, principalmente, dois limites morais e metodológicos a ela imposta. A primeira questão diz respeito às demarcações da participação na observação de objetos no campo das ilegalidades, ora, por melhor que seja a relação de confiabilidade em campo, em determinadas atividades, a participação do pesquisador limita-se a de ouvinte das narrativas anteriores e posteriores a situação, em geral, essas limitações dizem respeito a participação em atividades ilícitas, como assaltos, execuções e sequestros. A observação de tais limites é fundamental, pois, são as nossas posturas ético-metodológicas que conseguem garantir o mínimo de segurança. A Segunda questão é a permanente cautela da escrita, para que não se caia em denunciamentos, essencialismos, estigmatizações ou estereótipos. É preciso narrar os episódios significativos do trabalho,

descrevê-los, situar-se nesses eventos, esclarecer seu lugar de fala e de escrita, sem esquecer dos limites e responsabilidades impostas nesse processo. Elaborar as metáforas do real em um texto científico é juntar esse emaranhado de fios que vão se encontrando a uma postura metodológica de vigilância epistêmica constante.

O processo de produção de dados primários de pesquisas qualitativas em ciências sociais tem no caderno de campo seu principal instrumento de trabalho, é nele, tal como aprendemos ao longo do processo de formação, que detalhamos todas as situações vivenciadas, reproduzindo falas e contextos, descrevendo gestos, feições e impressões e iniciando uma caracterização analítica. Uma das premissas acerca do uso dessa técnica é a de que “não se dorme em cima dos dados”, contudo, quando fazemos campo em situações críticas, isto é, presenciamos de modo inesperado homicídios ou situações de sofrimento, somos afetados por sentimentos e emoções, que nem sempre conseguem ser traduzidas em um caderno de campo no “calor das emoções”, no ato de ir para o local reservado para escrever sobre as percepções e sentidos experimentados em um dia de campo imerso em adversidades. Assim, as subjetividades produzidas afetam de tal forma que é preciso recolher-se temporariamente para, só em seguida, reaproximar-se.

Nesse contexto, nos questionamos também como se constitui epistemologicamente o cientista social, partindo de uma das premissas de pesquisa mais utilizadas e introdutórias: o estranhamento como forma de distanciamento do que é familiar, caso pertinente para pesquisas realizadas na cidade ou região de moradia. Assim como não podemos desconsiderar as investigações sobre a modernidade e os desdobramentos desta que, seguindo o que Santiago Castro-Gómez argumenta, opera na “invenção do Outro” utilizando de dispositivos de saber/poder que servem de ponto de partida para a construção dessas representações e conhecimentos. Reconhecemos, portanto, além das ciências sociais como ciência da cultura, o caráter etnocêntrico e positivista fundante da disciplina e, por vezes, reproduzido em forma de panóptico nos países e populações subalternizadas.

Pesquisar o “mundo do crime” remonta essa tradição de pesquisa que se atém e busca o exótico, uma vez que a prática de pesquisa está implicada com uma produção do Outro que não cessa, apenas se atualiza. É nesse sentido que Quijano (2009) aponta a “colonialidade do poder”, em que a espoliação colonial é legitimada por um discurso e imaginário que estabelece diferenças binárias hierárquicas, como estratégia de manutenção das narrativas hegemônicas. Assim, as relações de poder no colonialismo envolvem a ação violenta, militar, teocrática,

absolutista e monopolista para a conseqüente dominação epistêmica baseada na diferença biológica, racional, que afinal de contas são modos de dominação simbólica que visam violentamente conformar as contradições sociais em torno de representações pacíficas sobre a necessidade de ordem. Dessa maneira, o autor propõe pensar a “América” por meio dos estudos sobre três formas de dominação que são agrupadas globalmente pela estruturação da colonialidade do capitalismo: trabalho, raça e gênero.

Grada Kilomba (2019) discorre sobre o centro acadêmico como um lugar em que a neutralidade não existe, pois historicamente se constitui como produtor de categorias que desqualifica e invalida as vozes dos sujeitos e realidades elencadas como “objetos”. Aqui, o centro acadêmico é descrito pela autora a partir das formulações de hooks (2019) sobre margem e centro, em que “estar na margem é fazer parte de um todo, mas fora do corpo principal” e o centro como o espaço autorizado para produzir, narrar, conceituar e legitimar. Por isso, existe o esforço de reafirmar o discurso da neutralidade científica como uma estratégia de minimizar o lugar de poder em que se fala para reivindicar essa mesma neutralidade. Assim, a academia também se configura como um espaço de violência em que a disputa e a urgente tarefa de descolonizar a ordem eurocêntrica do conhecimento se faz presente cotidianamente. As transformações e conquistas políticas dos últimos anos na educação no Brasil aparecem como fundamentais para esses questionamentos do ofício do pesquisador, uma vez que muitos pesquisadores hoje já não correspondem às expectativas dessas Ciências Sociais etnocêntricas de outrora. Assim, as políticas afirmativas e a interiorização das universidades podem ser consideradas como propulsoras dos questionamentos das formas tradicionais de compreender a pesquisa e a inserção em campo, evidenciando o que Kilomba afirma sobre lugares de poder e escrita acadêmica.

“Ser tipo Indiana Jones” é como Natália Padovani (2018) é descrita por uma interlocutora que explica o que é ser Antropóloga. A pesquisadora reflete sobre essa relação entre Antropologia e o personagem Indiana Jones, que figura um sujeito envolvido na exploração, aventura, situação de estrangeirismo e de certo cientificismo. Ao passo que compreende ser uma figura que aciona saberes e poderes assimétricos muito anteriores à ela, e que é sim identificada pelos diferentes sujeitos do campo, marcando a maneira como a branquitude é vista durante o trabalho de campo. Nesse sentido, o deslocamento e o estranhamento propostos por textos célebres, como o “Ofício do etnólogo, ou como ter Anthropological Blues”, de DaMatta (1974), nos dão pistas sobre como a Antropologia se

fundamenta em “estranhar o familiar” e ter como elemento chave os sentimentos. No entanto, esse estranhamento e identificação se dá também a partir dos sujeitos pesquisados para com os pesquisadores.

Como já dito, as artimanhas e estratégias que construímos para estar em campo são complexas e requerem uma constante atenção. Mas ora, não são desconhecidos os trabalhos em que o pesquisador aparece como um “delator” e produtor de discursos de verdade que sustentaram políticas segregacionistas e a definição de “classes perigosas”, discutidas por Corrêa (2001), como um projeto. As instituições de privação de liberdade, como as penitenciárias e os hospitais psiquiátricos, foram e ainda são – em certa medida, considerando o grande acúmulo de produções acadêmicas e lutas políticas contrárias à elas - idealizadas por teses que relacionam território, raça, gênero e classe na classificação dos sujeitos como criminosos.

Seguindo os passos de Mbembe, temos condições para refletir como o mecanismo penitenciário emerge enquanto espaço e condição estratégica para exercer o suposto direito de matar, de deixar viver ou de subjugar à morte pessoas que são consideradas inimigas, isto é, o processamento de corpos matáveis que não resulta em punições. A retórica da guerra contemporânea assume e define políticas de inimizade para justificar o extermínio de grupos significados como alvos potenciais, sendo travada não necessariamente pelo poder estatal. Desta maneira, a eliminação absoluta do inimigo ficcional é um dos objetivos nessa retórica bélica assimilada por forças concorrentes que assumem as maneiras e categorias para buscar legitimidade e justificativas na promoção soberana de mortes e do direito de viver, base para a necropolítica e zonas de exceção onde o poder “se refere e apela à exceção, à emergência e a uma noção ficcional do inimigo” (MBEMBE, 2016, p.17).

Relações de pesquisa e extensão em dinâmicas de faccionalização

Nos últimos anos, as frágeis relações de força entre facções criminosas nas prisões e nas ruas do Ceará, inscrevem novas redes de poder na disputa dos territórios pelos mercados ilegais, destacando-se o tráfico de drogas ilícitas nas comunidades, situação marcada pela intensificação da violência mobilizada por pessoas em posição de mando. Um exemplo emblemático ficou conhecido como “pacificação” das comunidades, desencadeado

supostamente por mobilizações feitas a partir das prisões e os “correrias” na rua, celebrado como acordo de paz armada entre as facções no Ceará. No período, a imprensa televisiva cobriu passeatas que festejaram a possibilidade de diminuição das mortes geradas pela disputa territorial e dos crimes de roubo, deslegitimadoras de seu conteúdo comunitária e político como “passeatas do crime”. Foi um breve momento de diminuição considerável de conflitos entre os grupos e se focou na fixação e expansão de pontos de comércio da droga, conseguindo, com isso, afastar o aparato policial e atrair o mercado consumidor. Contudo, a depender dos territórios, os bairros da RMF foram afetados de diferentes modos em virtude das especificidades do crime do/no local. No entanto, no período posterior, quando há a quebra no pacto de pacificação e inicia-se uma disputa ampla e aberta, os bairros voltaram a ser disputados pelas facções havendo, dessa forma, um impacto no cotidianos das suas comunidades, na vida de quem compõe a rede criminal local e na vida dos demais usuários dos espaços urbanos.

Destarte, desde o período do fim da pacificação, entre 2016 e o ano de 2018, diversos conflitos foram registrados principalmente nas periferias com bandos armados disputando territórios rua à rua (SÁ; AQUINO, 2018), continuando a se opor ao recrudescimento penal e policial com atentados em série contra equipamentos públicos e privados, além de chacinas de grande repercussão⁵. Perante esse contexto, houve uma complexificação na disputa que colocou em lados opostos antigos amigos e aliados reverberando em três processos distintos e complementares: a execução como a principal forma de resolução das disputas de anexação dos territórios; a arma de fogo e o respaldo do “patrão”, aqueles que controlam os comércios ilícitos em uma ou mais comunidades e são responsáveis por negociar a droga no atacado e distribuir para venda no varejo, para o seu uso como elemento estruturante de poder nessa nova configuração; e o processo de transição de um mercado de drogas fragmentado para um mercado concentrado, pretensamente e temporariamente hegemônico.

A emergência de dados primários coletados diretamente com pessoas envolvidas tem sido com mais frequência coletado nas incursões de campo. Nesse aspecto emerge os diferentes papéis que são assumidos no âmbito da atuação acadêmica de pesquisa, ensino e extensão.

No universo do projeto *Traficando Saberes*, inserido também nesse contexto de transformações do crime em Fortaleza investigado por Paiva (2019), a relação entre

⁵ Paiva, Barros e Cavalcante (2019) fizeram análise sobre a necropolítica como forma de gestão da vida e da morte nas periferias de Fortaleza, tomando o caso do aumento das chacinas como expressão da política e do conflito entre facções no Ceará.

adolescentes que cumprem medidas socioeducativas, equipamentos públicos, pesquisadores e movimentos sociais é permeada pelas disputas territoriais. O projeto consiste em oficinas de direitos humanos que tem como objetivo dialogar sobre temas que entrecruzam juventudes, racismo e enfrentamento à violência, fomentando a escuta ativa e a criação de redes de apoio e informação em parceria com os coletivos juvenis. As oficinas, na maioria das vezes, acontecem em um Centro de Referência de Assistência Social (CREAS) que atende adolescentes e famílias de diferentes bairros, inclusive que estão sob domínio de facções rivais. Essa situação incide na organização da política de assistência, que busca evitar ao máximo os conflitos e a convivência de diferentes grupos durante os atendimentos. Bem como, nas oficinas conseguimos garantir a presença de apenas um grupo, uma vez que caso um adolescente chegue após outro de determinada facção rival estar na sala, ele se retira e não retorna, pois compreende que esse espaço é ocupado pelos rivais.

Durante atividade realizada fora do CREAS em 2019, tivemos apoio de um dos parceiros do Projeto com o aluguel de uma van que nos levou do CREAS até um bairro localizado no litoral fortalezense, ambos bairros periféricos e com presença ostensiva da polícia militar e da faccionalização. A atividade tinha como proposta a gravação de um videoclipe e discussão sobre o rap na cidade de Fortaleza. No caminho, o motorista da van seguiu por dentro de um bairro vizinho ao bairro do CREAS em que causou reação quase que imediata nos adolescentes participantes do projeto, que relataram o medo de estar nesse território e ser abordado por alguém que o reconhecesse como sendo de território do inimigo, por isso o evitavam. Após gravarmos as cenas do videoclipe reencontramos o motorista da van que afirmou ter sentado em um banco próximo ao carro, quando foi perguntado por dois moradores de qual bairro ele pertencia. Ele mentiu, disse que pertencia ao bairro em que o CREAS funciona, de onde saímos, e contou que ficou “contando as horas para ir embora”, por ter se sentido intimidado.

Situações como essa são rotineiras nas atividades de pesquisa e extensão nos bairros de Fortaleza. O planejamento do quê e como faremos considera as condições de disputa territorial na cidade. A sensação de medo é justificada pela experiência das pessoas afetadas pelo cotidiano de bairros transformados em territórios com fronteiras que devem ser bem estabelecidas e disputadas. Nas entradas de diversas ruas das periferias de Fortaleza tem escrito nos muros: “Abaxe os vidros e tire o capacete”, que juntamente com os avisos “se roubar vai morrer”, passaram a povoar o imaginário dos moradores sobre os bairros e a fronteiras na

cidade. Essa preocupação está além do medo social com crimes econômicos, pois a governança cotidiana dos territórios indica a possibilidade de execução sumária pela identificação de ser inimigo dos grupos armados em ação no momento da abordagem, estatais ou clandestinas. O equipamento público ali é uma zona fronteira e incerta desafiado pela retração da assistência social e o recrudescimento penal e policial, além da violenta disputa pelo controle social do crime nos bairros e favelas da RMF.

Pesquisar em prisões e ser abordado por policiais

A temática da erosão das fronteiras prisionais e a relação dos contextos intramuros e extramuros, encontram grande destaque nas ciências sociais (ADORNO, DIAS, 2013; CUNHA, 2014; GODOI, 2019). No Brasil, o aumento do encarceramento se dá principalmente a partir da década de 1990, tendência geral de expansão das prisões em seus efeitos e qualidades. Observamos que na década de 2010, no Ceará, a situação das prisões ganha destaque ao expandir sua influência no cotidiano das cidades cearenses cada vez mais conectadas pelas dinâmicas criminais que as dividem entre grupos faccionados. O aumento da superpopulação, a insegurança e as condições degradantes de funcionamento são problemas que ganham novos contornos com a emergência das “facções” e dos “comandos” prisionais, como a local Guardiões do Estado (GDE), a enfraquecida Família do Norte (FDN), o PCC e o CV.

A demonstração policial de que as facções possuem a capacidade atuação nos bairros e prisões, esses grupos tomaram a preocupação fundamental na gestão da segurança prisional, pois demonstram relativo sucesso ao estabelecer formas de pertencimento e adesões que garantem e determinam as políticas do cotidiano nos bairros e prisões cearenses. Isso se reflete na capacidade considerável de mobilização e confronto. Isso não quer dizer que o sistema penitenciário cearense apresentou uma condição de maior tranquilidade ou controle antes deste cenário, muito pelo contrário. Como é amplamente possível observar na pesquisa de campo em andamento, as prisões cearenses, nos últimos 20 anos, muito além de apenas imobilizar, na

realidade, apresentam exatamente a capacidade de mobilizar diferentes tipos de agências, grupos, instituições e pessoas em torno de suas problemáticas⁶.

Na contemporaneidade, as prisões podem ser definidas como instituições fechadas com procedimentos de entradas, rotinas de permanências e critérios para saídas, reguladas por fronteiras e *checkpoints* (PADOVANI, 2019). Michel Foucault (2015) descreveu que a emergência da ciência penitenciária reforça o saber social das prisões e o fenômeno penitenciário seria uma das relações centrais da modernidade, porém, podemos identificar que se essa hipótese pode ter fundamento se identificarmos que a regulação das prisões assume uma posição de classe, raça e gênero classificando os setores subalternos e criminalizáveis da sociedade. Se consideramos essencial identificar o perfil étnico-racial e de gênero das pessoas que superlotam as prisões brasileiras, isso se deve pela persistência da nossa origem colonial que indica exatamente o direcionamento deste controle social.

Assim, identificamos, como menciona Godoi (2010), a prisão em seus efeitos que transbordam o espaço físico delimitado pela área de segurança, aparecendo em uma diversidade de situações como “desestruturação familiar” e “crime organizado”, se reivindicado o caráter negativo das prisões que desagrega e destrói vínculos sociais. Não estando limitada pelo seu caráter negativo, a chegada da prisão pode significar no primeiro momento a desestruturação social, mas na medida em que a prisão possa tomar uma presença na rotina da vida familiar e das vias vicinais de bairros e favelas, novas relações surgem por meio de uma prisão positiva. Essas trilhas possíveis que são seguidas por pesquisadores em campo imersos no esforço de compreensão das mudanças ocorridas pela recuperação do fenômeno das prisões.

A contribuição acadêmica é importante para o conhecimento dos detalhes, das miudezas e dos impactos macros do encarceramento. O fazer acadêmico gozou de boa proximidade com as prisões enquanto a administração penitenciária cearense foi de responsabilidade da Secretaria de Justiça e Cidadania (SEJUS), que definiu critérios objetivos para a submissão de projetos de pesquisa para comitê de ética próprio⁷. O Censo Penitenciário do Ceará - 2013/2014 foi um marco na parceria entre o poder governamental e a academia, traçando o perfil da população carcerária para elaboração de políticas públicas para o enfrentamento das mazelas e apoio ao egresso. Assim, os recursos usuais de acesso às instituições fechadas encontram

⁶Godoi (2016) definiu condições sociais que intensificam o sofrimento penitenciário e o imperativo da mobilização que desafia a prisão como mero elemento de contenção.

⁷ Instrução Normativa nº 001/2014, Estado do Ceará.

diferentes caminhos metodológicos (DIAS, 2013), seja como pesquisador formal, como participante de visitas sociais, na condição de defensor de direitos humanos, como trabalho penitenciário, dentre outros. Dentre as produções acadêmicas sobre o funcionamento, gestão, políticas da vida cotidiana, gangues e facções prisionais, entre outros, destacam-se alguns trabalhos produzidos no âmbito da Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará e da Universidade Estadual do Ceará⁸.

Andrade (2014) fez uma etnografia na Casa de Privação Provisória de Liberdade II (CPPL II), em Itaitinga, voltando-se para os grupos de cosmologia cristã pentecostal. Dentre outros importantes achados etnográficos sobre o cotidiano da CPPL II, Andrade (2014, p. 70) descreve que o conteúdo mágico-religioso requer o reconhecimento e prática de doutrinas que seriam baseadas em uma cultura de paz baseada na Bíblia, de modo que a pacificação espiritual e espacial era bastante valorizada pela direção da unidade prisional. Silva (2015) realizou pesquisa sobre policiais militares que incorreram em práticas de crimes e tornaram-se prisioneiros no Presídio Militar do Estado do Ceará. Em seu trabalho o pesquisador discorre sobre a historicidade das prisões no Ceará, descrevendo a origem das Cadeias Públicas, com marco inicial a fundação da primeira prisão do Ceará, a Cadeia Pública de Fortaleza, na segunda metade do século XIX.

Nascimento (2018) têm realizado de modo sistemático pesquisas sobre a população LGBT no cárcere, a gestão das crises e rebeliões, além de problematizar a condição de ser parte do quadro de funcionários (policial penal) e pesquisador nas prisões cearenses. O fato de assumir um posto de trabalho dentro do sistema prisional é uma maneira encontrada por pesquisadores que atuam dentro dos programas de pós-graduação, incluindo inclusive assistentes sociais e psicólogos. Nascimento concluiu que as rebeliões de 2016 nas prisões do Ceará, resultaram na separação da população carcerária de acordo com as filiações em torno das facções do crime, situação que levou a novas formas de compreensão e interpelação da população LGBT no cárcere, sejam pelas facções - que passam a buscar o distanciamento pois o crime recusa a aproximação - ou pelo próprio Estado - que divide este segmento de acordo com uma classificação de “perigosos” e “menos perigosos”. Disso resultou que os corpos

⁸ O trabalho monográfico de Maria Izabel Feitosa Accioly (2017), no âmbito do Departamento de Ciências Sociais da UFC, também figura como de grande importância sobre a realidade prisional no Ceará. Seu objeto de estudo focou principalmente nas formas de comunicação nas prisões, tendo os artesanais fanzines, produzidos dentro do cárcere, como meio para descrever a escrita prisional. Em outro trabalho relevante (2015), a pesquisadora, em associação à Leonardo Damasceno Sá e Deiziane Aguiar, aborda a trajetória prisional de Adão, detento da Casa de Privação Provisória de Liberdade III (CPPL III), e sua escrita artesanal no cárcere, como forma de relatar a si mesmo.

LGBT precisam se adequar para as expectativas comportais esperadas pelas facções e pelo Estado.

Como descrito por Camila Dias (2013), pensar os caminhos da pesquisa precisa considerar as dificuldades de entradas e o desempenho adequado da pesquisa de campo no sistema prisional, que conta com autorizações que podem ser suspensas a qualquer momento, e nos exige, por rigor aos princípios de não promover a violência, recusar condições degradantes de entrevistas para interlocutores. No novo cenário para a pesquisa de campo no Ceará, a administração penitenciária assimilou a preocupação com a segurança como uma visão organizacional mais fechada. O acesso tem sido restringido devido ao contexto social e político que levaram à essas mudanças institucionais limitando o trabalho acadêmico de pesquisa. Dessa maneira, uma maneira de fazer o campo nas prisões é a vinculação e aliança com familiares de pessoas privadas de liberdade (PPL), o que incluiu a observação participante nas lutas políticas contra o uso de procedimentos violentos de modo usual pelo estado (SIQUEIRA, 2020b). Ao mesmo tempo em que, a universidade se vê restringida para fazer pesquisa nas instituições carcerárias, a entrada tem ocorrido pelas pesquisas que são encomendadas por órgãos oficiais, como editais abertos pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e o Departamento Penitenciário Federal (DEPEN), que interessados em conhecer melhor os sistemas estaduais, encomendam pesquisas que são realizadas por grupos pertencentes à universidades federais⁹.

Esse tipo de entrada que garante acesso aos estabelecimentos prisionais cearenses, estimula reflexões sobre como a entrada institucional nos leva a assumir um papel de pesquisadores representantes dos interesses de órgãos oficiais e não unicamente o interesse acadêmico. No contexto específico da pesquisa encomendada pelo DEPEN, sobre os impactos psicossociais do encarceramento, em março de 2020, aplicamos questionários com PPL e familiares nos arredores das unidades prisionais, além de duas entrevistas com técnicos das unidades prisionais¹⁰. A influência do contexto local e o imperativo da necessidade oficial repercutiu em negociações (fracassadas) para aplicar questionários com PPL sem algemas. A

⁹ Participamos como pesquisadores nas pesquisas em andamento: “Monitoração Eletrônica No Brasil CRISP-UFMG/CNJ/PNUD”, encomendada pelo CNJ; e a pesquisa “Impactos psicossociais do encarceramento no cotidiano das famílias e em sua relação com preso/as e egresso/as/LabTrab-UFMG/DEPEN.

¹⁰ Foram aplicados: 27 questionários com PPL do sexo feminino e 27 questionários com familiares de PPL do sexo feminino no Instituto Penal Feminino Desembargadora Auri Moura Costa. 22 questionários com PPL do sexo masculino e 22 questionários com familiares do sexo masculino na CPPL III. 11 questionários com PPL do sexo masculino e 11 questionários com familiares de PPL do sexo masculino na CPPL II.

ideia dos protocolos para procedimentos que não se identifiquem com a privação e sofrimento de PPL e seus familiares, nos levou a tomar cuidado redobrado de como proceder sem causar maiores consequências para as pessoas participantes, pois, além do uso da algema trazer indignidade, a possibilidade de punição sumária se fez como uma realidade tangível diante do testemunho das práticas e procedimentos de controle de exceção militar dos corpos encarcerados transformados em inimigos do estado. Para todos os efeitos, as pesquisas recebem boa receptividade por enfrentarem as mazelas do sistema prisional brasileiro, o que repercutiu na oferta de condições mínimas para a aplicação de questionários nas salas de aulas das unidades prisionais, concordância com o sorteio para escolha de participantes e a disponibilização de espaços adequados para o procedimento de aplicação dos questionários.

Do lado de fora, nos arredores dos complexos penitenciários, a aplicação de questionários voltados para familiares confrontou as evidências sobre a inimizade de relações entre o estado policial e as famílias nos dias de visita social. Em nome da segurança é normalizada a truculência como tratamento que ultrapassa a forma militar, pois a noção de inimigo é estendido às famílias de PPL, alimentando a sensação de injustiça e marginalização. São as práticas que operam as sutilezas do racismo institucional e da criminalização da pobreza. No dia 14 de março, nas barracas que ocupavam a BR 116, retiradas por ação governamental durante a pandemia, que eram pequenos comércios informais voltados para o dia a dia dos arredores das unidades prisionais. No local aplicamos a maior parte de questionários para familiares de PPL do sexo masculino, presenciando a tensão elevada pelos rumores da chegada do novo coronavírus, situação que teria levado ao cancelamento sem aviso prévio de visitas sociais em duas unidades prisionais do Complexo Penitenciário de Itaitinga. Tivemos que lidar inclusive com a acusação da parte de uma mulher familiar que nos identificou como supostos agentes infiltrados da SAP e, portanto, potenciais causadores de grande mal iminente. Nas palavras dela, se ela falasse com a equipe seria como decretar “a morte dela”. Entre recepção e rechaço foi um momento delicado para pesquisa e seus objetivos.

Nos arredores das unidades prisionais encontram-se mulheres e parentes que compartilham com os PPL a desrealização do seu estatuto político, da sua cidadania, e lidam com a indignidade e a violação de sua segurança e privacidade como justificável pelo trabalho de inteligência e segurança policial. A criminalização estende-se com grande facilidade para familiares e parentes que são identificados como “envolvidos” com o crime organizado, ainda que isso não tenha lastro na realidade. Em diversos momentos estivemos expostos e expostas

em um contexto de insegurança e desconfiança sobre nosso papel e presença no local, pois, no dia acima elencado, éramos uma equipe de oito pessoas fazendo perguntas e sem o sóbrio uniforme imposto para a entrada como visitante nas unidades prisionais. Assim, os procedimentos de segurança revelam como o incremento do controle de tipo policial e militar nas áreas dos complexos penitenciários da RMF afetam o trabalho de campo e a maneira de nos relacionarmos com as prisões cada vez mais vigiadas e controladas de seus supostos perigos.

Política da morte nas zonas e territórios de exceção do Ceará

Judith Butler (2017) descreve a condição precária da vida humana, e como algumas vidas não são reconhecidas como tais, apesar de serem apreendidas, registradas e marcadas. Desta maneira, sujeitos e vidas podem não ser reconhecidos como tais. Nas operações de poder poderemos tanto encontrar ações de solidariedade humana quanto a percepção da fragilidade das vidas humanas, bem como o desejo de destruição e potencialização do caráter seletivo e diferenciado da violência. No Ceará, o uso generalizado de castigos físicos e psicológicos, coletivos ou individuais, em procedimentos estatais nas instituições carcerárias sob paradigma da militarização e intervenção policial permanente, coloca em evidência a temática da tortura, investigada por Foucault (2009) como produção da verdade, por meio de procedimentos burocráticos e administrativos das tecnologias de poder modernas. Essa posição é crítica Byung-Chul Han (2017, p.179) por desconsiderar a economia da violência e do prazer empregada nas torturas.

Ao determinar a sociedade da soberania, Giorgio Agamben (2004) define que o estado de exceção é caracterizado exatamente nessa “franja” do aparato jurídico pressupondo um conteúdo político que é acionado apenas em momentos extraordinários, nos momentos de crises que ameaçam a existência do direito, do próprio Estado. Trata-se mais precisamente das questões dos limites. Ocorre que o autor destaca o uso recorrente da suspensão de direitos para a contenção de crises, aumentando as incertezas sobre os limites legais de ações estatais, que inclusive podem justificar a morte de cidadãos em nome da segurança, gerando um estado de vulnerabilidade considerável. O alardeado combate e guerra contra o narcotráfico e organizações criminosas, sustentam leis, dispositivos e mecanismos extrajurídicos (tortura e

extermínio) que caracterizam o uso da força - inclusive letal -, para o combate de grupos encarados como uma ameaça para a soberania do poder estatal¹¹.

A aprovação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 04/20, aprovada pela Assembleia Legislativa do Ceará, transformando agentes penitenciários em policiais penais regulamentou a transformação que já vinha ocorrendo dentro das unidades prisionais, com o uso cada vez mais ostensivo de armamentos pesados, letais ou de uso gradual da força. A criação da SAP resultou na percepção e aumento da capacidade de ação do agente penitenciário dentro e fora das prisões como um elemento diretamente implicado no combate ao poder do “crime organizado”. Na pesquisa de Silva e Freitas (2018), a criação de uma torre de vigilância pela Prefeitura Municipal de Fortaleza na calçada de um equipamento cultural de juventude, o Cuca, do bairro Jangurussu, emerge a maneira como a Guarda Municipal Armada aparece incrementada por meio do seu Grupo de Operações Especiais (GOE), como uma política de “segurança cidadã”. A torre de vigilância foi implementada e conta com projeto para instalação de quarenta câmeras de segurança, uso de drones e reforço do efetivo da nova “Polícia Municipal”. Por isso, o avanço da atividade policial bélica nos leva a buscar interpretações sobre zonas e territórios de exceção nas cidades cearenses, situações específicas que territorializam as políticas de morte.

Muito mais apenas do que o controle social, as maneiras de integração autoritária no Brasil, como debate Silva (2017), a atual situação do encarceramento no Brasil precisa considerar a história de destruição dos corpos pretos, da escravização, e até mesmo o processo de libertação da escravidão - que teve o efeito de lançar à própria sorte a população preta, endurecendo o seu controle no Código Penal de 1890. Discorre Silva (2017, p. 65) que os corpos pretos para “o projeto em curso, eles eram os sujeitos perfeitos para personificar o mal, a ameaça, a violência, a justificativa para o aprimoramento dos aparatos de segurança e repressão”. Por isso, a proibição da capoeira, e, segundo o autor, a criação das colônias correccionais em 1894 – referenciados como “pré-presídios” -, referências para o debate da seletividade do aprisionamento¹². Assim, como o Ceará foi palco da construção e operação de

¹¹ Por outro lado, Hun (2017) argumenta que a sociedade do soberano foi superada pela sociedade do desempenho em que a violência assume uma dimensão positiva em que cada um é soberano de si mesmo, da mesma maneira em que maximiza as funções vitais para extrair o máximo de pessoas que estão vivas demais para serem mortas e mortas demais para estarem vivas plenamente.

¹² O clássico estudo de Florestan Fernandes (1978) demonstra que a ideologia burguesa apresentou o ideal da “democracia racial”, pano de fundo, para a persistência da heteronomia racial e sujeição de pessoas libertadas da escravidão, sobretudo, a população negra, sempre vigiada, submissa e considerada potencialmente perigosas. Desse modo, a disciplina seria a resposta para fomentar essa moralidade de um país formado por pessoas

campos de concentração criados pelas elites para conter a chegada em massa de flagelados famintos e sedentos que fugiam das secas no sertão, em 1930, identificamos facilmente o uso da morte como uma política para lidar com o medo social das mazelas que aparecem nas margens da sociedade (SIQUEIRA, 2020a).

Identificar as tramas do poder e da dominação, ganha atualidade com as lições de Gayatri Spivak (2010) sobre a pretensão do intelectual que busca construir um discurso de resistência do subalterno, que nada mais é que a reprodução dos mesmo sentido hegemônico empregado pelo intelectual, que mantém o subalterno silenciado, sendo essa reflexão importante para o esforço prático de recusar abertamente o colonialismo intelectual, bem como as categorias que capturam as populações subalternas nos dispositivos de controle social que são abertamente racistas e classistas, ou seja, seletivos e orientados para a contenção e extermínio do inimigo ficcional. Assim, não se pretende ser porta-voz das pessoas em condições subalternas, porém, será preciso ainda realizar o ato de escutar os relatos significativos que possam interessar na elaboração das pesquisas¹³. Essa lição é importante para dimensionar quais são as artimanhas do saber-poder dominante e suas conceituações que promovem as ideias de reforço do encarceramento e seus efeitos expansionistas. Primeiramente, é preciso desconfiar para romper definitivamente com essas ideias que na prática colocam grandes parcelas da população na mira dos dispositivos de controle e negam as possibilidades de vida e ação política das populações subalternizadas.

Considerações Finais

A ascensão dos grupos faccionados - PCC, CV e GDE - nas prisões e bairros da RMF, apresentou novos conflitos no cenário urbano, valorizando o bandido como tipo social que está ao mesmo tempo nas margens e no centro da governança dos bairros e prisões, avançando como presença e acontecimento frequente no espaço público, incidindo inclusive sobre o espaço privado. Essa capilaridade traz à tona a expectativa social de relações de perigo e violência, isto é, localiza o cliente preferencial das prisões e do extermínio. Essas representações configuram as maneiras de sentir, pensar e agir que valorizaram características

trabalhadoras. Ocorre que a libertação, como descrito por Florestan Fernandes, resolveu ideologicamente a questão para as camadas liberais.

¹³ Para uma discussão aprofundada sobre a importância do ato de testemunhar o sofrimento, Ver: Ortega, F. (editor) Veena Das: sujetos del dolor, agentes de dignidad. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia.

de guerra e confronto com a ordem estatal – mesmo nos casos de negociações e colaborações pontuais feitas no cotidiano dos bairros e prisões.

Refletir sobre o trabalho de campo no ofício da pesquisa significa pensar em seus desafios e dilemas. O fazer pesquisa conjuntamente com pessoas, grupos e fenômenos próximos ou distantes é um processo reflexivo e político constantemente tensionado, de modo que os desafios nele contidos estão associados às especificidades de cada campo e, também, de cada pesquisador e pesquisadora. Embora a pesquisa de campo seja um momento de profundo aprendizado, são escassas as discussões analíticas sobre possíveis adversidades, riscos e abusos a partir dos novos cenários de pesquisa sobre as dinâmicas criminais e as prisões do Nordeste brasileiro. Nesse escopo, ir a campo é um movimento fundamental na produção do conhecimento e do próprio fazer do cientista social durante o processo de tornar as evidências satisfatórios problemas antropológicos e sociológicos. A maneira como os fatos sociais e as transformações políticas atingem a sociedade e os indivíduos pode indicar as novas possibilidades da pesquisa nas ciências sociais sobre a realidade social.

Referências

ACCIOLY, Maria Izabel Feitosa. Poesia e vida emuralhada: um estudo das práticas de resistência na Casa de Privação Provisória de Liberdade III. 2018. 89f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais) – Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2017.

ADORNO, Sergio; DIAS, Camila Nunes. Articulação entre o mundo interno e externo às instituições prisionais: questões para a construção de um novo paradigma no domínio da sociologia das prisões. In: Encontro Anual da ANPOCS, 37º, 2013, Águas de Lindóia. Anais eletrônicos, SP: 2013.

AGAMBEN, Giorgio. Estado de exceção. São Paulo Boitempo, 2004.

ANDRADE, Eliakim Lucena de. A rua dos irmãos: uma etnografia na prisão. 130f. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Programa de Pós-graduação em Sociologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2014.

BARREIRA, César. Crimes por encomenda: violência e pistolagem no cenário brasileiro. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política, 1998.

BARREIRA, César. Cotidiano despedaçado: cenas de uma violência difusa. São Paulo: Edições Pontes, 2008.

- BARREIRA, César. Oração de abertura - gênese e proposta de um laboratório. In: *Violência e conflitos sociais: trajetórias de pesquisa*. ____ (org.). Campinas, SP: Pontes Editores, 2010.
- BARREIRA, César. Insegurança, medo e crueldade no cenário urbano de Fortaleza, (p. 89-111). In: *Etnografias na Cidade: redes, conflitos e lugares*. Campinas: Pontes Editora, 2016.
- BEAUD, Stéphane; WEBER, Florence. *Guia para a pesquisa de campo: produzir e analisar dados etnográficos*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.
- BOURDIEU, Pierre. *Meditações pascalianas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- BOURDIEU, Pierre. *O senso prático*. Trad. Maria Ferreira. 3ª edição. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.
- BOURDIEU, Pierre; WACQUANT, Loïc. Sobre as Artimanhas da Razão Imperialista. *Estud. afro-asiát.*, Rio de Janeiro, v. 24, n. 1, pág. 15-33, 2002.
- BRICEÑO-LEÓN, Roberto. *Sociología de la violencia en América Latina*. Quito: FLACSO, 2007.
- BRICEÑO-LEÓN, Roberto; CAMARDIEL, Alberto; PERDOMO, Gloria. *Los nuevos rostros de la violencia: empobrecimiento y letalidad policial*. Caracas: Editora Alfa, 2019.
- BUTLER, Judith. *Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?*. Trad. Sérgio Tadeu e Arnaldo Marques. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.
- CORRÊA, Mariza. *As Ilusões da Liberdade. A Escola Nina Rodrigues e a Antropologia no Brasil*. Bragança Paulista: Editora da Universidade São Francisco. 2001.
- CUNHA, Manuela. The Ethnography of prisons and penal confinement. *Annual Review of Anthropology*, Vol. 43, pp. 217-233, 2014.
- DAMATTA, Roberto. "O ofício do etnólogo, ou como ter "anthropological blues". *Cadernos do PPGAS*, Rio de Janeiro, Museu Nacional. 1974.
- DAS, Veena; POOLE, Deborah. *El estado y su márgenes. Etnografias comparadas. Cuadernos de Antropología Social*. 2008.
- DIAS, CAMILA NUNES. *PCC: hegemonia nas prisões e monopólio da violência*. São Paulo: Saraiva, 2013.
- FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. 3. ed. São Paulo: Ática, 1978.
- FOUCAULT, Michael. *Vigiar e Punir: história da violência nas prisões*. Tradução de Raquel Ramallete. 36ª Edição. Petrópolis: Vozes, 2009.

FOUCAULT, Michel. A sociedade punitiva: curso no Collège de France (1972-1973). São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2015.

GODOI, Rafael. Ao redor e através da prisão: cartografias do dispositivo carcerário contemporâneo. 2010. 203 f. Dissertação (Mestrado) – Departamento de Sociologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2010.

GODOI, Rafael. PENAR EM SÃO PAULO: Sofrimento e mobilização na prisão contemporânea. Rev. Bras. Ci. Soc., São Paulo, v.31, n.92, e319212, 2016.

GODOI, Rafael. A prisão fora e acima da lei. Tempo Social, [S. l.], v. 31, n. 3, p. 141-160, 2019.

HAN, Byung-Chul. Topologia da violência. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

hooks, bell. Teoria feminista: da margem ao centro. São Paulo: Perspectiva, 2019.

KILOMBA, Grada. Memórias de plantação: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

NASCIMENTO, Francisco Elionardo de Melo. Travestilidades Aprisionadas: narrativas de experiências de travestis em cumprimento de pena no Ceará. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2018.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. Arte & Ensaios. v. 2 n. 32, 2016.

MILLS, Charles Wright. A Imaginação Sociológica. Zahar Editores. Rio de Janeiro, 1982.

MORAES, Suiany Silva de. “Eu nunca tinha escutado falar sobre favela no Benfica”: conflitos sociais e mercados ilícitos em um bairro universitário. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, CE: 2018, 122p.

MOREIRA, Marcus Giovanni Ribeiro. Aqui O RAIO sempre cai no mesmo lugar: percepções da comunidade do lagamar em Fortaleza-CE sobre as práticas de suspeição e abordagem da Ronda de Ações Intensivas e Ostensivas (RAIO). Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Políticas Públicas, Universidade Estadual do Ceará. Fortaleza, CE: 2013, 129p.

PADOVANI, Natália Corazza. Sobre casos e casamentos: afetos e amores através de penitenciárias femininas em São Paulo e Barcelona. São Carlos: EdUFSCar, 2018.

PADOVANI, Natália Corazza. Na caminhada: “localizações sociais” e o campo das prisões. Cad. Pagu, Campinas, n.55, e195501, 2019.

PAIVA, Luiz Fábio Silva. “Aqui não tem gangue, tem facção”: as transformações sociais do crime em Fortaleza. Brasil. Cadernos do CRH, v. 32, n. 85, p. 165-184, 2019.

PAIVA, Luiz Fábio S. BARROS, João Paulo Pereira; CAVALCANTE, Ricardo Moura. Violência no Ceará: as chacinas como expressão da política e do conflito entre facções. In: O Público e Privado. Nº 33, 2019.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder e classificação social.(in) Epistemologias do Sul. SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. Coimbra: Edições Almedinas, 2009.

REIS, Vilma. Atucaiados pelo Estado: as políticas de segurança pública implementadas nos bairros populares de Salvador e suas representações de 1991 a 2001. Dissertação de Mestrado: UFBA, 2005.

SÁ, Leonardo Damasceno de; AQUINO, Jania Perla de. A "guerra das facções" no Ceará (2013-2018): socialidade armada e disposição viril para matar ou morrer. In: Encontro Anual da ANPOCS, 42º, 2018, Caxambu.

SÁ, Leonardo Damasceno de; ACCIOLY, Maria Izabel Feitosa; AGUIAR, Deiziane Pinheiro. Relatos de si em situação de condenação punitiva: a trajetória de adão. Linguagem em Foco - Revista do Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada da UECE, v. 7, n. 2, p. 35-46, 2015.

SERRA, Carlos Henrique Aguiar. Estado penal e encarceramento em massa no Brasil. In: LOURENÇO, L. C; GOMES, L. R (org.). Prisões e punição: no Brasil contemporâneo. In: Salvador: EDUFBA, 2013.

SERRA, Carlos Henrique Aguiar; SOUZA, Luís Antônio. Punição, dispositivos de controle e militarização 26 no Brasil contemporâneo. In: 41º Encontro Anual da ANPOCS, 2017, Caxambu, MG: 2017.

SILVA, Ronilso Pacheco. É hora de racializar o debate sobre o sistema prisional no Brasil. In: BR 111 - a rota das prisões no Brasil. Fábio Mallart, Rafael Godoi (orgs). São Paulo: Editora Veneta, 2017.

SILVA, Francisco Rômulo do Nascimento; FREITAS, Geovani Jacó de. Práticas poéticas: juventude, violência e insegurança em Fortaleza. Tensões Mundiais, Fortaleza, v. 14, n. 26, p. 129-155, 2018.

SIQUEIRA, Ítalo Barbosa Lima. Guerras prisionais e massacres cotidiano no Ceará. Le Monde Diplomatique Brasil, São Paulo, p. 8 - 9, 01 fev. 2020a.

SIQUEIRA, Ítalo Barbosa Lima. The adversities of anthropological ethnography in prison context. Cadernos de Campo (São Paulo 1991), [S. l.], v. 29, n. supl, p. 302-309, 2020b.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. Pode o subalterno falar? 1. ed. Trad. Sandra Regina Goulart Almeida; Marcos Pereira Feitosa; André Pereira. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

WHYTE, William Foote. Sociedade da Esquina: a estrutura social de uma área urbana pobre e degradada. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.